

Diário Económico	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	282 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	21862	Página (s):	30

05-09-2006



João Paulo Dias

Freitas confirma voos da CIA Portugal-Guantanamo

Ex-ministro faz 'volte-face' em carta a Estrasburgo.

Barbara Baldala
bbaldala@economicasgpps.com

Freitas do Amaral enviou uma carta à eurodeputada Ana Gomes, antes de sair do Governo, que contém “dados que mostram que determinados aviões suspeitos passaram com muita frequência por Portugal num período largo”, tendo mesmo havido “voos directos Portugal-Guantanamo”, afirmou a socialista ao DE. Para Ana Gomes, esta é uma das “questões suscitadas [pela carta do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros] que precisam de ser aclaradas”. “Há dados que confirmam que a CIA utilizou os aviões [que passaram por Portugal] para transporte de prisioneiros, embora não haja o caso de nenhuma vítima que tenha apresentado queixa”, refere a ex-dirigente socialista.

No entanto, em Dezembro do

ano passado, o ex-MNE garantia na AR que o Governo português não tinha “qualquer indício de que tenham passado por Portugal quaisquer aviões com as características apontadas pela imprensa”.

Falando ao DE antes de entrar para mais uma reunião da Comissão de Inquérito europeia encarregue de investigar este caso, Ana Gomes admitiu a possibilidade de virem a ser ouvidos responsáveis do passado, dado que “a maior parte dos casos e os mais complicados dizem respeito a 2002, 2003 e 2004”, períodos em que se terão chegado a verificar os “voos directos Portugal-Guantanamo” – “há confirmação destes voos na carta de Freitas do Amaral”.

Para além disso, Ana Gomes considera importante esclarecer outras informações

fornecidas pelo ex-ministro, numa carta enviada antes de se demitir do Governo, mas que só chegou às mãos da eurodeputada há poucos dias: “Há casos de aviões que não se limitaram a curtas escalas técnicas de algumas horas em Portugal”. Por isso, é preciso verificar como se procedeu às “inspecções dos aviões que estiveram dias em Portugal, não só na Base das Lajes, mas por todos os aeroportos”.

Para a eurodeputada, o importante agora é ouvir primeiro os técnicos que tinham responsabilidades nessa altura “para esclarecer como é que as coisas se processaram”. Só depois se verá “se há responsabilidades políticas ou não”.

A comissão de inquérito já solicitou a colaboração do

MNE do Serviço de Informação e Segurança, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e do Instituto Nacional de Aviação Civil.

O DE tentou contactar todas estas entidades para aferir da sua disponibilidade em colaborar com o Parlamento Europeu, mas só conseguiu obter resposta do INAC, que garante que “enquanto organismo da Administração Pública tutelado pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, prestará sempre toda a colaboração que lhe for solicitada no âmbito do seu enquadramento legal”. Amanhã, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, vai à Assembleia da República prestar esclarecimentos sobre esta mesma matéria, numa visita que terá também como objectivo analisar a situação no Líbano. ■

